



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE- CCBS
UNIDADE ACADÊMICA DE PSICOLOGIA- UAPSI

DANIELLE GONÇALVES CABRAL

AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO EM PESSOAS COM AUTISMO:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA COM METANÁLISE

CAMPINA GRANDE- PB

2018

DANIELLE GONÇALVES CABRAL

AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO EM PESSOAS COM AUTISMO:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA COM METANÁLISE

Trabalho apresentado à Unidade Acadêmica de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Campina Grande/PB, em cumprimento às exigências parciais para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Monilly Ramos Araujo Melo.

CAMPINA GRANDE- PB

2018

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Tereza Brasileiro
Silva, CCBS/UFCG**

C117a

Cabral, Danielle Gonçalves.

Avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com autismo: uma revisão sistemática com metanálise /Danielle Gonçalves Cabral. – Campina Grande: o autor, 2018.

25 f. il.: P&B.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Biológicas e da
Saúde.

Referências.

Orientadora: Prof.^a Monilly Ramos de Araújo Melo, Dra.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2.Funcionamento adaptativo.
3.Habilidades adaptativas. 4.Revisão sistemática. I Autor. II. Melo, Monilly
Ramos de Araújo (Orientador). III. Título.

BSTBS/CCBS/UFCG

CDU 159.964.2:615.85(813.3)

**Responsabilidade técnica - catalogação:
Jônatas Souza de Abreu, M Sc. CRB-4/1823**

DANIELLE GONÇALVES CABRAL

**AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO ADAPTATIVO EM PESSOAS COM
AUTISMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA COM METANÁLISE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em 28 de novembro de 2018.
Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Monilly Ramos Araujo Melo
Orientadora



Prof. Dra. Regina Lígia Wanderlei de Azevedo
Examinadora



Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio
Examinador

CAMPINA GRANDE- PB

2018

“Os pesquisadores podem não confiar nos relatos pessoais, mas eu os considero uma fonte valiosa, não só pela informação que contêm como pela lição mais abrangente: se você quer saber o que significa um sintoma de autismo, precisa ir além do comportamento do autista e entrar no seu cérebro”.

(Grandin & Panek, 2016)

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se pela existência de uma dificuldade na comunicação e interação social, acompanhada de padrões restritos e repetitivos de comportamento. Dentro desses padrões, sugere-se que seja realizada a análise do funcionamento adaptativo. Tal funcionamento se refere às habilidades adaptativas em três domínios: conceitual, social e prático. Entretanto, mesmo após a definição da deficiência intelectual pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) e das disposições sobre saúde e incapacidade dispostos na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), as avaliações do funcionamento adaptativo em pessoas com autismo, que não apresentam concomitantemente deficiência intelectual, ainda são escassas. Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo fornecer um panorama dos estudos brasileiros acerca da avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com autismo, através da realização de uma revisão sistemática com metanálise. Para tanto, nos meses de agosto e setembro de 2018, foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, PePSIC, BVS Brasil e nos periódicos disponíveis na CAPES e na BDTD. Foram analisados 27 estudos e realizados testes de normalidade da amostra. Dentre os estudos, apenas 7 avaliam os três domínios das habilidades adaptativas expressas no funcionamento adaptativo, e nenhum tinha como objetivo a construção de instrumentos para tal. Considerando a relevância da identificação do funcionamento adaptativo para a promoção da autonomia, acredita-se ser essencial que estudos acerca das habilidades adaptativas em pessoas com TEA, com ou sem deficiência intelectual, sejam realizados no país. No que se refere às limitações da revisão, destaca-se a amostra reduzida de estudos, devido também à restrição de critérios pré-estabelecidos para os mecanismos de busca utilizados e a inclusão única de textos disponíveis gratuitamente.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Funcionamento adaptativo, Habilidades adaptativas, Revisão sistemática.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized by the existence of a difficulty in communication and social interaction, accompanied by restricted and repetitive patterns of behavior. Within these patterns it is suggested that the analysis of the adaptive functioning be performed. Such functioning refers to adaptive skills in three domains: conceptual, social and practical. However, even after the definition of intellectual disability by the American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD) and the health and disability provisions set forth in the International Classification of Functioning (CIF) assessments of adaptive functioning in people with autism, who do not have concomitant intellectual impairment, are still scarce. Thus, the present research aims to provide an overview of the Brazilian studies about the evaluation of the adaptive functioning in people with autism, through the accomplishment of a systematic review with meta-analysis. For that, in August and September of 2018, searches were made in the SciELO, PePSIC, BVS Brasil databases and in the periodicals available in CAPES and BDTD. We analyzed 27 studies and performed normality tests of the sample. Among the studies, only 7 evaluated the three domains of adaptive abilities expressed in adaptive functioning, and none had as objective the construction of instruments for such. Considering the relevance of identifying adaptive functioning for the promotion of autonomy, it is believed to be essential that studies on adaptive skills in people with ASD, with or without intellectual disability, be carried out in the country. With regard to the limitations of the review, the small sample of studies is highlighted, due also to the restriction of pre-established criteria for the search engines used and the unique inclusion of freely available texts.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder, Adaptive functioning, Adaptive skills, Systematic review.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MÉTODO	11
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) está situado no grupo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Todos os transtornos desse grupo manifestam-se prematuramente no desenvolvimento e alteram o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (*American Psychiatric Association [APA], 2014*).

Os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2017) calculam que o autismo afeta 1 em cada 160 crianças no mundo. No Brasil, ainda não existe o monitoramento de dados específicos para pessoas com TEA por meio do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, de acordo com Oliveira (2017), o número de pessoas com TEA no Brasil é estimado em 2 milhões.

Para uma pessoa receber o diagnóstico de TEA, de acordo com DSM-5, é necessário a avaliação concomitante das seguintes características: dificuldades persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, somadas a existência de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividade. A avaliação da gravidade é baseada no nível de dependência na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos, classificando-se em: grau leve (nível 1- necessidade de pouco apoio); grau moderado (nível 2- necessidade de apoio substancial); e grau severo (nível 3- necessidade de apoio muito substancial) (APA, 2014).

No diagnóstico também é preciso especificar se existe a presença ou não: de comprometimento intelectual ou de linguagem concomitantes; de associação com alguma condição médica, genética ou fator ambiental; de associação a outro transtorno do neurodesenvolvimento; ou da presença de catatonia. Esses especificadores são bastante relevantes, pois, como aponta o DSM-5, possibilitam uma análise clínica mais individualizada, a partir da consideração de aspectos que podem ocasionar variadas limitações na aprendizagem (APA, 2014).

Recentemente, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (*Center of Diseases Control and Prevention - CDC*) divulgou um estudo realizado por Baio et al. (2018), que estima a prevalência do TEA em 1 para cada 59 crianças nos Estados Unidos. Foi observada ainda uma maior probabilidade dos meninos serem diagnosticados com TEA, além de um predomínio do autismo 20% a 30% maior entre crianças brancas em comparação com crianças negras. O CDC (2012) também publicou uma pesquisa revelando que 38% das

peças com autismo têm deficiência intelectual, com prevalência de 46% nas meninas em comparação com os meninos.

De acordo com a *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* - AAIDD (2010, AAIDD, 2018, p.1): “a deficiência intelectual é caracterizada pela limitação significativa tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressam nas habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência origina-se antes dos 18 anos de idade”. O DSM- 5 elucida que a deficiência intelectual apresenta prejuízos tanto no funcionamento intelectual quanto no funcionamento adaptativo, e classifica a gravidade em: leve, moderada, grave ou profunda. O funcionamento adaptativo se refere às habilidades adaptativas em três domínios: conceitual, social e prático.

“O domínio conceitual (acadêmico) envolve competência em termos de memória, linguagem, leitura, escrita, raciocínio matemático, aquisição de conhecimentos práticos, solução de problemas e julgamento em situações novas, entre outros. O domínio social envolve percepção de pensamentos, sentimentos e experiências dos outros; empatia; habilidades de comunicação interpessoal; habilidades de amizade; julgamento social; entre outros. O domínio prático envolve aprendizagem e autogestão em todos os cenários de vida, inclusive cuidados pessoais, responsabilidades profissionais, controle do dinheiro, recreação, autocontrole comportamental e organização de tarefas escolares e profissionais, entre outros” (APA, 2014, p. 37).

A Organização Mundial de Saúde (2004), através CIF, define que a funcionalidade é composta por: a) funcionalidade e incapacidade, b) funções do corpo e estruturas do corpo (incluindo as funções psicológicas) e c) atividades e participação. Além disso, todos esses componentes estão interligados a fatores contextuais, ambientais e pessoais. Assim sendo, funcionamento adaptativo, comportamento adaptativo e funcionalidade estão relacionados a diferentes deficiências, bem como a diversas outras condições de saúde (Mecca et al., 2015).

A CIF corrobora com a nova concepção da deficiência proposta pela AAIDD, que considera na avaliação da funcionalidade a complexa constituição histórica e social, em todas as fases do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, compreende-se que as habilidades adaptativas possuem um papel fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com TEA. Pois, conforme aponta Vygotsky: "o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência. Onde não é possível avançar no desenvolvimento orgânico, abre-se um caminho sem limites para o desenvolvimento cultural" (Vygotsky, 2011, p. 869).

Conforme o DSM-5, a “capacidade intelectual, educação, motivação, socialização, aspectos de personalidade, oportunidade vocacional, experiência cultural e condições médicas gerais e transtornos mentais coexistentes influenciam o funcionamento adaptativo”. (APA,

2014, p. 37). Dessa forma, compreende-se que a avaliação do funcionamento adaptativo exerce um papel fundamental na aprendizagem e no desenvolvimento global de pessoas com TEA, independentemente do comprometimento intelectual. De acordo com Mecca, Morão, Silva e Macedo (2015), a avaliação do funcionamento adaptativo pode contribuir para a criação de intervenções mais adequadas e individualizadas, bem como para a criação de políticas públicas e a realização de pesquisas.

Nesse sentido, em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” reconhecendo a pessoa com TEA como “pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Lei nº 12.764, § 2º). Além disso, dois documentos foram lançados pelo Ministério da Saúde (MS) com orientações para o tratamento das pessoas com TEA no SUS: 1) “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” (Ministério da Saúde, 2014); 2) “Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde” (Ministério da Saúde, 2015). Ambos os documentos preconizam a utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), dentre outros fatores.

Nessa perspectiva, a investigação do funcionamento adaptativo deve ser aferida mediante o uso da avaliação clínica e de medidas individualizadas, dispostas em instrumentos com propriedades psicométricas validadas e culturalmente adaptadas. As informações acerca do funcionamento adaptativo podem ser relatadas por pais ou outro membro da família, professor, cuidador e pela própria pessoa, na medida do possível (APA, 2014).

Considerando os atuais critérios do DSM-5 para o diagnóstico de pessoas com deficiência intelectual, o nível de comprometimento e a necessidade de suporte dos casos são definidos pelo funcionamento adaptativo. Entretanto, para pessoas com TEA, a avaliação do funcionamento adaptativo somente ocorre caso a pessoa seja diagnosticada com TEA somado ao comprometimento intelectual. Contudo, a literatura aponta a existência de alterações no funcionamento adaptativo em pessoas com o TEA, sem citar casos, unicamente, de pessoas com autismo que apresentam deficiência intelectual (Hedvall et al., 2013).

Conforme estudo publicado pelo CDC (2012), o TEA e a deficiência intelectual se manifestam conjuntamente entre 3% e 5% da população. Nesse sentido, é necessário que profissionais da área de saúde utilizem instrumentos psicológicos para auxiliar no diagnóstico clínico do autismo, verificando tanto as habilidades intelectuais como as adaptativas. Entretanto, muitos profissionais reclamam da insuficiência de instrumentos que avaliem as

habilidades adaptativas (Zutião, Boueri, & Almeida, 2016), bem como da escassez de instrumentos validados e traduzidos para o Brasil para o auxílio do diagnóstico de pessoas com TEA (Seize & Borsa, 2017).

Além disso, na pesquisa de revisão sistemática realizada por Cabral et al. (2018, no prelo), que teve por intuito analisar quais são as habilidades e/ou comportamentos avaliados nos instrumentos usados para rastreio ou diagnóstico em crianças com TEA, foi constatado que a maioria dos instrumentos utilizados no Brasil estão focados em avaliar habilidades comunicacionais e interacionais em crianças com autismo. Verificou-se também que as habilidades adaptativas práticas de autocuidado não têm sido contempladas como um critério avaliativo em crianças com autismo.

Diante do exposto, e levando em consideração que as pesquisas supracitadas demonstram a insuficiência de instrumentos padronizados para avaliar o funcionamento adaptativo no Brasil, esse trabalho tem como objetivo fornecer um panorama dos estudos brasileiros acerca da avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com autismo, através da realização de uma revisão sistemática com metanálise. Assim sendo, a presente pesquisa justifica-se por contribuir para o conhecimento científico e aplicações nas áreas da psicologia e educação, tendo em vista a crescente demanda social sobre o TEA, que perpassa os âmbitos familiares, escolar, clínico e social.

2 MÉTODO

Para a realização dessa Revisão Sistemática com Metanálise foram seguidas as oito etapas no processo de construção, propostas por Costa e Zoltowski (2014), como mostra o fluxograma da Figura 1. Para a minimização dos vieses, ressalta-se que a busca no banco de dados, a criação das categorias e a análise dos estudos selecionados foram realizadas por dois juízes independentes.

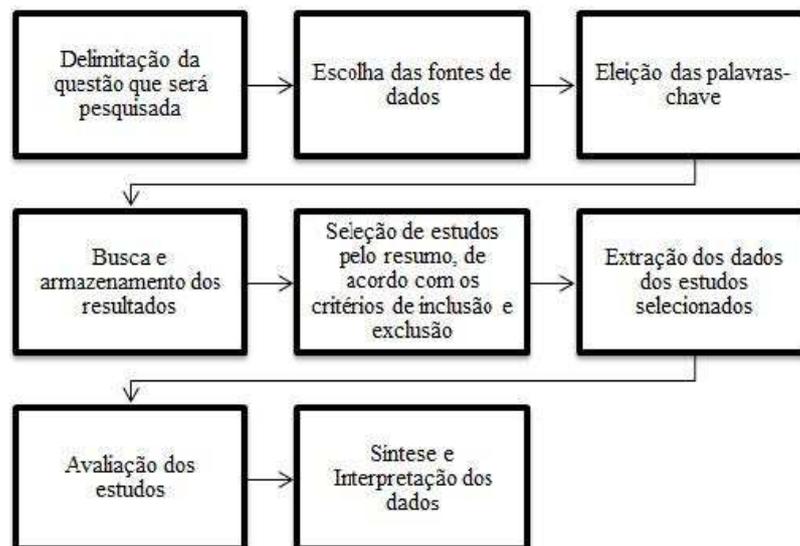


Figura 1. Fluxograma das etapas de planejamento de uma revisão sistemática

A questão da presente revisão se refere a verificar como (e se) a avaliação do funcionamento adaptativo está sendo realizada em pessoas com TEA. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados entre os meses de Agosto e Setembro do ano de 2018. A pesquisa foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos periódicos disponíveis no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O intervalo estabelecido foi entre 2010 e 2018, totalizando 08 anos de produção científica sobre a temática. O recorte temporal foi estabelecido devido à mudança de perspectiva na definição da deficiência intelectual pela AAIDD (2010), e aos atuais critérios diagnósticos da deficiência intelectual no DSM-5 (APA, 2014).

Recomenda-se que a escolha dos descritores seja sensível o suficiente para acessar adequadamente o que se pretende pesquisar (Costa & Zoltowski, 2014). Com base nessa recomendação foram utilizados os seguintes descritores: *Comportamento Adaptativo and*

Autismo, Funcionamento Adaptativo *and* Autismo, Funcionalidade *and* Autismo, Habilidades Adaptativas *and* Autismo, Comportamento Adaptativo *and* Transtorno do Espectro Autista, Funcionamento Adaptativo *and* Transtorno do Espectro Autista, Funcionalidade *and* Transtorno do Espectro Autista, Habilidades adaptativas *and* Transtorno do Espectro Autista.

Os critérios de inclusão utilizados na seleção dos estudos foram: a) textos publicados entre os anos 2010 e 2018; b) disponibilizados integralmente e gratuitamente nas bases de dados consultadas; c) disponíveis em português e d) que apresentam dados referentes à realidade brasileira. Os critérios de exclusão foram textos que: a) eram coincidentes em mais de uma fonte de pesquisa, ou dentro da mesma base de dados, sendo neste caso considerado apenas um; b) não faziam referência ao comportamento adaptativo, funcionamento adaptativo ou as habilidades adaptativas propostas pela AAIDD, ou a funcionalidade proposta pela CIF; c) não tinham como amostra pessoas com TEA; d) não utilizavam nenhum método, estratégia ou instrumento para avaliação ou intervenção clínica; e) eram estudos de revisão de literatura ou revisão sistemática.

Após a seleção dos estudos elegíveis, para a realização da presente Metanálise, que de acordo Costa e Zoltowski (2014) objetiva analisar estatisticamente dados provenientes de diversos estudos e agrupá-los, foi criado um banco de dados utilizando o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para Windows, versão 22.0. Para viabilizar as análises estatísticas foram criadas 09 categorias, a saber: (1) Área de Aplicação, (2) Objetivos das pesquisas, (3) Quantidade de Instrumentos, (4) Tipo de Instrumento, (5) Amostra, (6) Respondentes, (7) Habilidades adaptativas avaliadas, (8) Resultados dos estudos e (9) Limites dos estudos. Destaca-se que essas categorias foram criadas para cumprir os objetivos da presente revisão.

Posteriormente, após a construção do banco de dados a partir do SPSS, foi aplicado o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar a normalidade das variáveis dos estudos. Foi utilizado o valor crítico de 0,254 sugerido por Siegel e Castellan (2006), considerando a amostra de 27 e o alpha de 0,05. Observou-se que a maioria dos valores estatísticos presentes na tabela estava acima do valor crítico, o que resultou em rejeitar a hipótese de normalidade dos dados.

Ressalta-se que a realização da estatística inferencial se mostrou comprometida devido à heterogeneidade e a frequência das variáveis dos 27 estudos elegíveis. Nesse sentido, optou-se por realizar no presente estudo a análise estatística descritiva através de uma distribuição de frequência. Os resultados e a discussão desse conjunto de dados serão apresentados no próximo tópico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da consulta às bases de dados foi possível identificar 934 textos. Considerando os critérios de inclusão e exclusão supracitados, 907 estudos foram removidos, permanecendo para a análise 27 estudos, conforme ilustrado na Figura 2. Os estudos se subdividem em 06 teses, 11 dissertações e 10 artigos.

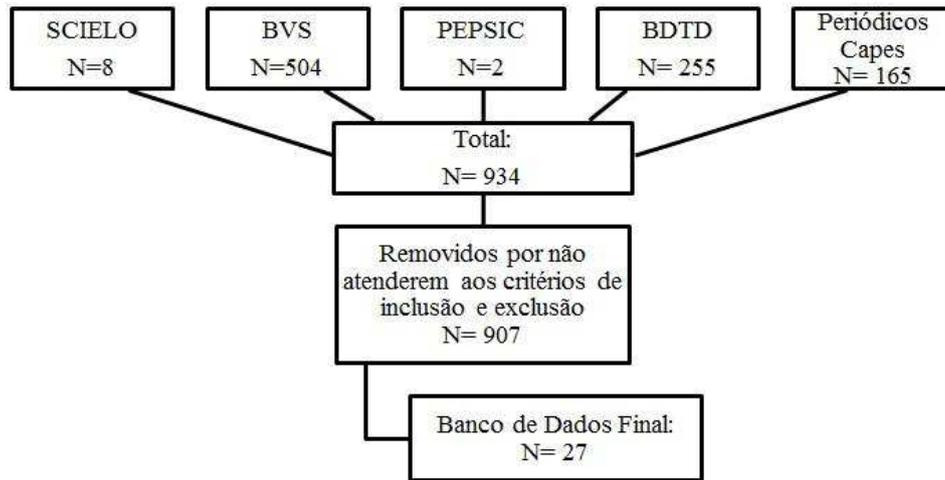


Figura 2. Resultado da busca nas bases de dados

Em relação ao quantitativo de publicações por ano, a análise dos textos permitiu observar que o ano de 2012 foi aquele com menor número de trabalhos a respeito do tema, apenas um. Por outro lado, nos anos de 2014 e 2015 foi encontrado o maior número de estudos, cinco e oito respectivamente. Nos demais anos considerados para esta pesquisa o número de textos localizados oscilou entre dois e cinco, conforme ilustrado na Figura 3. Salienta-se que não foram encontrados estudos produzidos nos anos de 2011 e 2018 que obedecessem aos critérios para a inclusão na presente pesquisa.

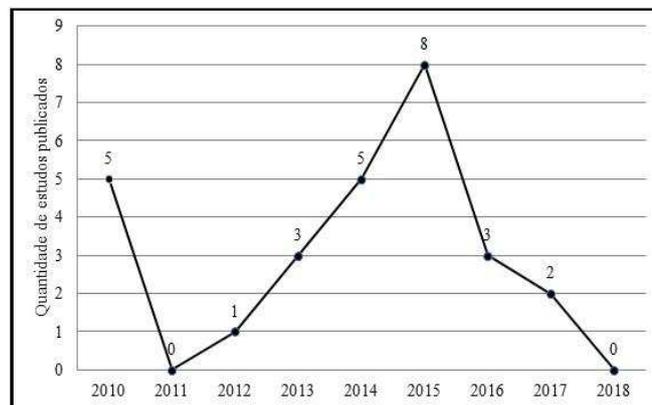


Figura 3. Distribuição dos estudos pelo ano de publicação

Pode-se perceber, conforme exposto na Figura 3, que houve um aumento na produção científica da área de 2013 a 2015 e posterior queda. Sabe-se que desde 2010 a AAIDD acrescentou a avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual, entretanto, apenas em 2014 o DSM-5 sinalizou essa mesma avaliação nos critérios diagnósticos da deficiência intelectual. Nesse sentido, o crescimento sinalizado pode demonstrar uma tentativa dos pesquisadores de compreender de maneira mais aprofundada as definições acerca do funcionamento adaptativo, pois conforme aponta Klin (2006), o autismo pode ocasionar diversos impactos no desenvolvimento de atividades adaptativas, na comunicação e imaginação sociais, entre outros comprometimentos.

No que tange às áreas de publicação dos estudos, foram encontradas sete áreas: Psicologia (51,9%), Fonoaudiologia (25,9%), Psicopedagogia (7,4%), Neurociência (3,7%), Educação Física (3,7%), Pedagogia (3,7%) e Terapia Ocupacional (3,7%). Com relação ao tipo de pesquisa, entre os 27 textos apenas um é relato de caso, vinte e seis são pesquisas empíricas. Nesse sentido, no Brasil, os psicólogos se mostram como os profissionais que mais avaliam o funcionamento adaptativo em pessoas com autismo através de pesquisas de campo e propostas de intervenção.

Dentre os 27 estudos incluídos nessa revisão, vinte (74,1%) objetivaram avaliar as características do TEA através de instrumentos, dos quais destacam-se: o *Autism Behavior Checklist* (ABC), a Escala de Comportamento Adaptativo de *Vineland* e o Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS-BR). Cinco estudos (18,5%) realizaram a tradução e adaptação dos seguintes instrumentos: *Sensory Perception Quocient* (SPQ), *Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program* (VB-MAPP), *Sensory Profile*, Matriz de Avaliação das Atividades e Participação para Autismo (MAAPA) e *Waisman activities of daily living scale* (WADL). Por fim, dois estudos (7,4%) verificaram evidências de validade e fidedignidade dos instrumentos: Inventário de Problemas de Comportamento (BPI-01) e *Leiter International Performance Scale – Revised* (Leiter-R).

Sabe-se que no caso do TEA, a avaliação diagnóstica requer uma equipe multidisciplinar, e o uso de instrumentos padronizados tem sido considerado uma necessidade de recurso alternativo que complementa as informações previamente observadas (Gadia, Tuchman, & Rotta, 2004). Entretanto, pesquisadores e profissionais salientam a escassez de instrumentos validados e traduzidos para o Brasil para o auxílio do diagnóstico de pessoas com TEA (Seize & Borsa, 2017), bem como a falta de instrumentos que avaliem habilidades adaptativas do cotidiano (Cabral et al., no prelo).

Nessa perspectiva, antes da elegibilidade de um instrumento, é importante a realização de uma consulta no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) ou aos estudos dos autores que construíram e validaram os instrumentos, para a verificação do parecer do teste. Tendo em vista que o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018), recomenda que o psicólogo utilize diversos instrumentos, técnicas e métodos, desde que devidamente fundamentados na literatura científica psicológica e nas normativas vigentes do CFP.

Considerando as questões supracitadas, no que concerne ao quantitativo de instrumentos utilizados para avaliação em pessoas com autismo, 55,6% dos estudos utilizaram apenas um instrumento, 22,2% dois instrumentos, 11,1% três instrumentos, 3,7% dois instrumentos, 3,7% cinco instrumentos e 3,7% não utilizaram nenhum instrumento. Ressalta-se que nenhum dos instrumentos utilizados nos 27 estudos é informatizado. Entretanto, os instrumentos informatizados, conforme apontam Melo (2014) e Pasquali (2017), oferecem diversas vantagens como: a) maior confiabilidade na administração, através da medição precisa de tempos de resposta, facilitando o processo de correção; b) possibilidade que o próprio sujeito avaliado seja o respondente; c) dispensa o uso do lápis e do papel; d) menores recursos financeiros para ser aplicado. Além disso, a informatização de um teste pode torná-lo mais lúdico e, conseqüentemente, mais atrativo, diminuindo possíveis desconfortos no momento da aplicação.

Ressalta-se ainda que a Psicologia foi a única área que teve um estudo (Baraldi, 2016) com a utilização de cinco instrumentos. Contudo, as pesquisas da área de Psicopedagogia (Miccas, Vital, & D'Antino, 2014; Miccas, 2015), mesmo utilizando apenas um instrumento, conseguiram avaliar as três habilidades adaptativas: sociais, conceituais e práticas, através do uso dos seguintes instrumentos, respectivamente: Protocolo de avaliação funcional baseado no domínio de atividades e participação (PAEDI) e Matriz de Avaliação das Atividades e Participação para Autismo (MAAPA- versão brasileira). Ambos os instrumentos consideram a funcionalidade proposta pela CIF, e mais precisamente a Classificação Internacional de Incapacidade, Funcionalidade e Saúde para Crianças e Jovens (CIF-CJ) (OMS, 2011), com itens que contemplam as seguintes áreas: percepções sensoriais, aplicação do conhecimento, comunicação, concentração, comportamento e socialização, coordenação motora, tarefas e demandas do cotidiano.

No que tange ao tipo de instrumento, a maioria dos estudos (25,9%) utilizou Escalas na análise empreendida, e a Bateria (7,4%) foi o instrumento menos utilizado. Destaca-se que apenas o estudo de Pegoraro (2014) não utilizou instrumentos clássicos de avaliação. O autor buscou avaliar pessoas com TEA a partir da construção de um etograma novo, detalhado e

útil, afirmando que o método de observação embasado na etologia é barato, minimamente invasivo, e independe do relato dos pais e do preenchimento de questionários.

Observa-se também que algumas pesquisas utilizaram mais de um tipo de instrumento. O instrumento *Autism Behavior Checklist* (ABC) (Marteleto & Pedromônico, 2005) foi utilizado em 22% dos estudos, a Escala de Comportamento Adaptativo de *Vineland* (VABS) (Sparrow, Cicchetti, & Balla, 2005) foi utilizada em 11% e o Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS-BR) (Bandeira, Del Prette, Del Prette, & Magalhães, 2009) foi utilizado em 11% dos estudos.

O ABC é um questionário bastante utilizado na triagem do autismo, parcialmente adaptado e validado para o Brasil (Marques & Bosa, 2015). A VABS é uma escala que não tem padronização brasileira, portanto não é um instrumento reconhecido pelo CFP (SATEPSI, 2018). Contudo, esta escala é um dos instrumentos que desde 2002 a *American Association on Mental Retardation* (AAMR) recomenda o uso para a avaliação do funcionamento adaptativo (Mecca et al., 2015). O SSRS-BR é um inventário que possui tradução e validação semântica para o português, mas apenas o Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS) (Del Prette, Freitas, Bandeira, & Del Prette, 2014) é considerado um teste psicológico favorável pelo SATEPSI (2018).

Em relação à fase do desenvolvimento das amostras analisadas nos trabalhos, verificou-se que 66,7% das pesquisas foram realizadas com crianças, 14,8% com crianças e adolescentes e 7,4% com adultos. Considerou-se, para esta revisão, a cronologia expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual a infância é o período que se inicia desde o nascimento até os doze anos incompletos, a adolescência dos 12 aos 18 anos, e a fase adulta da maioridade em diante (Brasil, 1990).

Observa-se que a maioria da produção científica brasileira sobre o autismo busca investigar a primeira etapa de desenvolvimento (Guedes & Tada, 2015). Nesse sentido, estudos apontam que a infância é um período onde há uma maior plasticidade cerebral (Belsky, 2010), e, portanto, é o período que oportuniza maiores possibilidades para pessoas com TEA desenvolver suas competências sociais e conceituais, bem-estar e qualidade de vida (Cossio, Pereira, & Rodrigues, 2018).

Além disso, Seize e Borsa (2017) afirmam que existe uma maior preocupação dos profissionais com instrumentos para rastreamento de sinais precoces do autismo. Não por acaso, diante dessa necessidade de melhor identificar riscos para o desenvolvimento das crianças, foi sancionada em 2017 a Lei nº 13.438, de 26 de Abril, que torna “[...] obrigatória a

aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico”.

No que concerne aos respondentes dos instrumentos, os profissionais da saúde responderam 29,6%, e 18,5% foram os próprios avaliandos. De acordo Del Prette e Del Prette (2005), o julgamento social de avaliadores externos é um relevante indicador do desempenho da funcionalidade da pessoa que está sendo avaliada, entretanto, as informações externas devem ser consideradas como complementares e não substitutivas da autoavaliação.

Nesse sentido, destaca-se o estudo de Defelippe (2016), que objetivou traduzir e adaptar o instrumento *Sensory Perception Quocient* (SPQ), ressaltando a importância do autorrelato para instrumentos que avaliam a percepção sensorial, tendo em vista que as alterações sensoriais são bastante subjetivas e singulares. Assim sendo, a avaliação das alterações sensoriais mensuram habilidades que afetam o comportamento do examinando como um todo, através das associações do processamento sensorial com o desempenho cotidiano (Mattos, D'Antino & Cysneiros, 2015). De acordo com Grandin & Panek (2016), aproximadamente de cada nove em dez pessoas com autismo existem alterações sensoriais, e embora recebam a mesma informação sensorial que pessoas neurotípicas, o cérebro interpreta de um modo diverso.

Ressalta-se também que os problemas sensoriais não estão diretamente presentes na tríade das habilidades adaptativas propostas pela AAIDD. Entretanto, os prejuízos sensoriais estão inseridos nos critérios diagnósticos da deficiência intelectual no DSM - 5 dentro dos três domínios: social, conceitual e prático. Notadamente no TEA, para avaliar os padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, foram inseridos como critérios diagnósticos a hiper ou hiporreatividade aos estímulos sensoriais e o interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (APA, 2014).

No que diz respeito às habilidades adaptativas consideradas nos instrumentos, 37% dos estudos investigados avaliaram as habilidades adaptativas sociais e conceituais, 25,9% avaliaram as habilidades adaptativas sociais, conceituais e práticas, 14,8% avaliaram somente as habilidades adaptativas sociais, 11,1 % avaliaram as habilidades adaptativas sociais e práticas, 7,4% avaliaram somente as habilidades adaptativas práticas e 3,7% avaliaram somente as habilidades adaptativas conceituais. Para a classificação das habilidades adaptativas nos instrumentos utilizados, consideraram-se, para esta revisão, os domínios do funcionamento adaptativo avaliados em cada instrumento dentro da tríade de habilidades: sociais, conceituais e práticas, definidos pela AAIDD (2010) e pelo DSM-5 (APA, 2014).

Observa-se que a maioria dos estudos (74,1%) ainda não avalia todas as habilidades adaptativas contidas no funcionamento adaptativo em pessoas com autismo, bem como não estão sendo construídos instrumentos para tal. Esse resultado corrobora com os achados da pesquisa de Cabral et. al. (2018, no prelo), que identificou a predominância de avaliação das habilidades adaptativas sociais em crianças com TEA, bem como aponta para a escassez de trabalhos baseados nos pressupostos teóricos da CIF (Miccas, Vital, & D'Antino, 2014).

Nesse sentido, destacam-se as pesquisas de Zaqueu, Teixeira, Alckmin-Carvalho e Paula (2015) e Miccas, Vital e D'Antino (2014), por apresentarem contribuições relacionadas às habilidades adaptativas sociais, conceituais e práticas. Zaqueu et al. (2015) salientam que as avaliações regulares na infância devem ser mais compreensivas, e incluir medidas de atrasos nos diferentes níveis de funcionamento adaptativo, como em domínios da comunicação, motricidade, cognição e sociabilidade. Já a pesquisa de Miccas, Vital e D'Antino (2014) demonstrou diferenças significativas entre idade, ano/série e pontuação segundo a avaliação de funcionalidade, assim como mostra a literatura. Esses estudos investigam a funcionalidade em pessoas com TEA através de uma nova concepção da deficiência, proposta pela CIF, e sendo assim, o foco interventivo está naquilo que cada pessoa é capaz de desenvolver ou vir a desenvolver para sua qualidade de vida cotidiana.

A funcionalidade e a incapacidade de uma pessoa são concebidas como uma interacção dinâmica entre os estados de saúde (doenças, perturbações, lesões, traumas, etc.) e os factores contextuais. [...] A CIF inclui uma lista abrangente de factores ambientais que são considerados como um componente essencial da classificação. Os factores ambientais interagem com todos os componentes da funcionalidade e da incapacidade. O constructo básico do componente dos Factores Ambientais é o impacto facilitador ou limitador das características do mundo físico, social e atitudinal. (OMS, 2004, p.12).

No que tange aos resultados dos estudos, a maioria (48,1%) elenca como resultado orientações para avaliação e intervenção em pessoas com TEA. Dentre esses estudos, destaca-se a pesquisa de Freitas e Del Prette (2013), na qual salientam que para a aquisição de um repertório elaborado de habilidades sociais para pessoas com TEA recomenda-se que os programas de intervenção enfoquem inicialmente nas habilidades mais básicas (iniciar e responder a interação social, cumprimentar os outros, fazer perguntas), e posteriormente nas habilidades mais complexas. Já o estudo de Miccas (2015) utilizou a Matriz de Avaliação das Atividades e Participação para Autismo (MAAPA) para realizar um desenho de um mapa funcional específico de cada aluno, e verificou que este mapa permite ao professor realizar os planejamentos e intervenções com maior conhecimento. Para esses autores, percebe-se que a

avaliação das características individuais e ambientais é imprescindível para a verificação das dificuldades comportamentais e do desenvolvimento socioemocional em pessoas com TEA.

Em relação aos limites dos estudos, 81,5% relataram problemas no tamanho da amostra e/ ou formas de aplicação do instrumento, 14,8% apontam a necessidade de mais evidências psicométricas e 3,7% carecem de mais estudos na área. Conforme preconiza Pasquali (2017), a amostra estará sempre sujeita a possíveis erros e vieses, sendo necessária cautela ao generalizar resultados.

Em suma, ao analisar os 27 estudos elegíveis para essa revisão, demonstrou-se que a avaliação do funcionamento adaptativo é realizada majoritariamente através de instrumentos clínicos específicos, dos quais, os profissionais de saúde foram os maiores respondentes. Nenhum estudo se refere à construção de instrumento. Apenas um estudo utilizou-se da etografia para a avaliação e nenhum objetivou a construção de instrumentos. Percebe-se ainda que as habilidades sociais e conceituais, nas crianças, foram as mais avaliadas. Por fim, os pesquisadores apontaram que o tamanho da amostra foi a maior limitação em seus estudos. Na seção subsequente serão apresentadas as considerações finais acerca dos resultados encontrados e da discussão empreendida, destacando-se as limitações do estudo, bem como sugestões para pesquisas posteriores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão teve o intuito de fornecer um panorama dos estudos nacionais acerca da avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com autismo. Considera-se oportuno ressaltar que uma limitação deste trabalho é que os estudos foram selecionados a partir de critérios pré-estabelecidos, tais como: a eleição das palavras-chave para a busca, a escolha dos bancos de dados e o idioma dos estudos. Esses critérios podem contribuir para que alguns instrumentos não tenham sido contemplados. Outra limitação se refere ao tamanho da amostra, que por ser pequena, irregular e não paramétrica, impossibilitou o uso de alguns testes estatísticos inferenciais.

Evidenciou-se que ainda há escassez de trabalhos que investigam o funcionamento adaptativo em pessoas com autismo no Brasil, tendo havido um declínio na produção de pesquisas brasileiras acerca do tema nos últimos dois anos. A maioria dos estudos ainda não avalia a tríade completa das habilidades adaptativas contidas no funcionamento adaptativo em pessoas com autismo, bem como não apareceu estudos que estejam construindo instrumentos para tal. Nesse sentido, verifica-se que há uma prevalência da avaliação, em crianças. Algumas habilidades adaptativas específicas são analisadas por meio de instrumentos psicológicos ou não privativos, que preconizam as respostas de informantes externos. Entretanto, a área da Psicologia se destacou, tanto no número de publicações como no uso de instrumentos de autorrelato.

Ressalta-se também que nenhum instrumento utilizado nos 27 estudos é informatizado, e poucos são os estudos que se referem à adolescência e, especialmente, à fase adulta do autista. Desse modo, sugere-se a realização de pesquisas que apresentem concepções teóricas e intervenções acerca dessas lacunas.

A partir dos resultados supramencionados, compreende-se que o funcionamento adaptativo, proposto na CIF, AAIDD e DSM - 5, ainda não está sendo totalmente avaliado em pessoas com autismo. Contudo, ressalva-se que o DSM - 5 é um manual que apresenta um sistema multiaxial para classificar doenças e problemas de saúde, mas que não aborda características singulares do funcionamento da pessoa avaliada. Em contrapartida, a CIF apresenta uma descrição biopsicossocial, detalhando os aspectos do desenvolvimento e da deficiência, além de especificar as potencialidades da pessoa avaliada. Assim sendo, observa-se que o conceito de funcionalidade apresentado pela CIF precisa ser ampliado nas avaliações e pesquisas acerca do TEA (mesmo que pessoa com TEA não apresente a deficiência

intelectual concomitantemente), tendo em vista que o objetivo será a caracterização do perfil funcional e não do rótulo de determinada deficiência.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que a avaliação do funcionamento adaptativo pode vir a possibilitar a investigação do grau de dificuldade do avaliando e as áreas cognitivas mais afetadas; promover a prevenção do desenvolvimento de comorbidades e, possibilitar uma intervenção terapêutica individualizada. Além disso, pode otimizar a participação da pessoa com TEA nos serviços de reabilitação, proporcionando aos pais, responsáveis, cuidadores, profissionais e professores, maiores conhecimentos acerca das habilidades adaptativas que a pessoa com TEA têm, e as que ainda podem ser desenvolvidas. Nesse sentido, conforme Temple Grandin:

[...] qualquer que seja o pensamento sobre o autismo, ele vai incorporar a necessidade de considerá-lo isoladamente, cérebro por cérebro, filamento por filamento do DNA, característica por característica, ponto forte por ponto forte e, talvez o mais importante, indivíduo por indivíduo (Grandin & Panek, 2016, p. 211).

Por fim, apesar das limitações supramencionadas, espera-se que os resultados dessa revisão possam contribuir para o conhecimento científico e aplicações sociais nas áreas da saúde e educação. Além disso, espera-se que a Psicologia continue colaborando cada vez mais com a avaliação do funcionamento adaptativo em pessoas com TEA, tendo em vista a percepção de que é preciso “olhar além” dos critérios que preconizam déficits ou dificuldades, avaliando aspectos essenciais para a manutenção da saúde, a qualidade de vida e a autonomia, auxiliando numa efetiva inclusão social.

REFERÊNCIAS

- American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. (2010). *Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports*. Washington, DC: AAIDD.
- American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. *Definition of Intellectual Disability*. (2018). Washington, D.C: AAIDD. Recuperado de: <https://aaid.org/intellectual-disability/definition#.V18LLvkrKUK>
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)*. (5a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Baio, J., Wiggins, L., Christensen, D.L., J Maenner, M. ; Daniels, J. , Warrenet Z., ... Dowling N. F. (2018). Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2014. *MMWR Surveill Summ*, 67. (No. SS-6):1–23. doi: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss6706a1>
- Baraldi, G. S. (2016). Propriedades psicométricas da versão brasileira do inventário de problemas de comportamento (BPI-01) (Tese de Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.
- Belsky, J. (2010). *Desenvolvimento Humano: Experienciando o ciclo da vida*. (D. Bueno, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Borsa, J. C.; Muniz, M. (2016). Testagem psicológica em crianças e adolescentes. In Hutz, C. S; Bandeira, D. R.; Trentini, C. M; Krug, J. S. *Psicodiagnóstico*. (pp. 238-247) (Coleção Avaliação Psicológica). Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. (1990). Estatuto da criança e do adolescente: *Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.
- Cabral, D. G., Gomes, E. B. B., Silva, C. M, Silva, C, de M., Silva, J. M. R., & Sousa, B. A. A. (no prelo). *Habilidades avaliadas em crianças com TEA no Brasil: uma revisão sistemática*.
- Centers for Disease Control and Prevention (CDC). (2012). Prevalence of Autism Spectrum Disorders — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 14 Sites, United States, 2008. *MMWR Surveil Summ*, 56(1):12–28. Recuperado de: https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/ss6103a1.htm?s_cid=ss6103a1
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). Resolução CFP nº 009/2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>
- Costa, A. B. C., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S.H. Koller, M. C. P. de Paula Couto, & J. Hohendorff (Orgs.), *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Porto Alegre, RS: Grupo A.

- Cossio, A. P.; Pereira, A. P. S., & Rodrigues, R. C. (2018). Benefícios das intervenções precoce para a família de crianças com transtorno do espectro do autismo. *Educação Especial*. Santa Maria, 31 (60), 09-20. Recuperado de: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/28331/pdf>
- Defelippe, R. C. (2016). *Tradução e adaptação cultural para a língua portuguesa do Brasil do Sensory Perception Quotient*. (Dissertação de mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, L.C., & Del Prette, Z. A. P. (2013). Habilidades sociais de crianças com diferentes necessidades educacionais especiais: Avaliação e implicações para intervenção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 344-362. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79928611004>> ISSN 1794-4724
- Gadia, C., Tuchman R., & Rotta, N. (2004). Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, 80 (supl. 2), 83-94. <https://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572004000300011>
- Grandin, T., & Panek, R. (2016). *O cérebro autista*. (C. Cavalcanti, Trad., 5a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Guedes, N. P. S., & Tada, I. N. C. (2015). A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 303-309. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015032188303309>
- Hedvall, A., Fernell, E., Holm, A., Johnels, J. A., Gillberg, C., & Billstedt, E. (2013). "Autism, Processing Speed, and Adaptive Functioning in Preschool Children," *The Scientific World Journal*, vol. 2013, Article ID 158263, 7 pages. <https://doi.org/10.1155/2013/158263>
- Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 28 (Suppl. 1), s3-s11. <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. (2012). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm
- Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017*. (2017). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13438.htm
- Marques, D. F., & Bosa, C. A. (2015). Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 43-51. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015011085043051>

- Mecca, T. P., Dias, N. M., Reppold, C. T., Muniz, M., Gomes, C. M. A., Fioravanti-Bastos, A. C. M.,... Macedo, E. C. de. (2015). Funcionamento adaptativo: panorama nacional e avaliação com o adaptive behavior assessment system. *Psicologia: teoria e prática*, 17 (2), 107-122. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000200009
- Mecca, T. P., Morão, C. P. D. A. B., da Silva, P. B., & de Macedo, E. C. (2015). Perfil de Habilidades Cognitivas Não-Verbais na Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, 21(2), 213-228.
- Melo, M. R. A. (2014). Avaliação Psicológica: Evolução e Atualidade. Curitiba: CRV, 10, 165 - 175.
- Miccas, C. (2015). *Adaptação cultural para o Brasil da matriz de avaliação das atividades e participação para autismo (MAAPA)* (Tese de doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.
- Miccas, C., Vital, A. A. F. & D'Antino, M. E. F. (2014). Avaliação de funcionalidade em atividades e participação de alunos com transtornos do espectro do autismo. *Revista Psicopedagogia*, 31(94), 3-10. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Ministério da Saúde. (2014). *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf
- Ministério da Saúde. (2015). *Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf
- Oliveira, C. (2017). *Um retrato do autismo no Brasil*. Recuperado de: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=um-retrato-do-autismo-no-brasil>
- Organização Mundial de Saúde. (2004). *CIF: Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. (A. Leitão, Trad.). Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Organização Mundial da Saúde. (2011). *CIF-CJ: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde: versão para Crianças e Jovens*. Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais (Org). (H. V. Dinubila, Coord. e Trad.). São Paulo: Edusp.
- Organização Mundial de Saúde. (2017). *Autism spectrum disorders*. Recuperado de: <http://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>
- Pasquali, L. (2017). Os modelos da psicometria: TCT e TRI. In L. Pasquali. *Psicometria: teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis: Vozes.

- Pegoraro, L. F. L. (2014). *Déficit da interação social em crianças e adolescentes autistas = uma aproximação etológica* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, Brasil.
- Seize, M. de M., & Borsa, J. C. (2017). Instrumentos para Rastreamento de Sinais Precoces do Autismo: Revisão Sistemática. *Psico-USF*, 22(1), 161-176. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220114>
- Siegel S., & Castellan, N. J. Jr. (2006). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. (2018). Recuperado de: <http://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>
- Vygotsky, L. S. (2011). *A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal*. Educação e Pesquisa, São Paulo, 37, (4), 863-869.
- Zaqueu, L. C. C, Teixeira, M. C. T. V., Alckmin-Carvalho, F., & Paula, C. S. (2015). Associações entre Sinais Precoces de Autismo, Atenção Compartilhada e Atrasos no Desenvolvimento Infantil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 293-302. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015032243293302>
- Zutião, P., Boueri, I. Z. , & Almeida, M. A. (2016). A avaliação das áreas adaptativas de jovens e adultos com Deficiência Intelectual. *Educação*, 6 (3), 25-49. Recuperado de: <http://www.ppgees.ufscar.br/documentos/1>